

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.345.965 - RJ (2018/0207185-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE** : **SOMPO SEGUROS S.A.**  
**ADVOGADOS** : **RENATO LUÍS DE PAULA - SP130851**  
                  **CLEBER PEREIRA MEDINA E OUTRO(S) - SP215416**  
                  **SÉRGIO VITOR LUNA MARTINS - SP365319**  
**AGRAVADO** : **LUISA ISABEL DE ANDRADE**  
**ADVOGADO** : **ALEXANDRE SANTOS DE BARROS - RJ105858**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por SOMPO SEGUROS S/A, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 87-89, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado na alínea “a” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fls. 49-57, e-STJ):

Agravo Interno no Agravo de Instrumento. Decisão monocrática da Relatora, que negou provimento ao recurso. Inteligência da Súmula 229 do E. TJRJ:

”A inversão do ônus da prova constitui direito básico do consumidor, uma vez preenchidos os pressupostos previstos no art. 6º, inciso VIII, do CDC, sem implicar, necessariamente, na reversão do custeio, em especial quanto aos honorários do perito”. Inexistência de argumento novo capaz de alterar a decisão, que assim restou ementada:

“ Agravo de Instrumento. Direito Processual. Ação de Cobrança c/c Indenizatória. Seguro. Decisão agravada que deferiu a inversão do ônus da prova.

Recurso que deve ser conhecido, eis que a matéria está prevista no rol do art.1.015 do NCPC. A inversão exige a demonstração da plausibilidade e da verossimilhança da relação jurídica alegada, bem como da dificuldade da realização da prova por sua parte, ou da facilidade do réu em produzi-la.

Presença dos requisitos. Aplicação da Súmula nº 229 do E. TJRJ. Ademais, a despeito da inversão do ônus da prova, não está a parte autora desobrigada de provar os fatos alegados na inicial, na forma da Súmula nº330 do TJRJ. Jurisprudência e precedentes citados: 0009929-62.2017.8.19.0000 - AGRADO DE INSTRUMENTO Des(a). NILZA BITAR - Julgamento: 22/03/2017 - VIGÉSIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR 0001548-65.20178.19.0000 - AGRADO DE INSTRUMENTO Des(a). WILSON DO NASCIMENTO REIS - Julgamento: 29/03/2017 - VIÉSIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL. DESPROVIMENTO DO RECURSO." DESPROVIMENTO DO AGRADO INTERNO.

Nas razões do recurso especial (fls. 59-76, e-STJ), a recorrente, além de dissídio jurisprudencial, aponta violação aos seguintes artigos:

(i) 373, I, e § 2º, do CPC/2015, pois é descabida a inversão do ônus da prova

promovida no caso em tela, na medida em que não há verossimilhança nas alegações da ora recorrida;

(ii) 758 do CC/2002, já que o contrato de seguro é provado com a exibição da apólice;

(iii)

Não foram apresentadas contrarrazões (fls. 85, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do recurso especial, com amparo na Súmula 7/STJ.

Irresignada, aduz a agravante, em suma, que o reclamo merece trânsito, uma vez que os supracitados óbices não subsistiriam.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Da leitura do acórdão recorrido, nota-se que o Tribunal local, à luz dos elementos de prova acostados aos autos, consignou ser devida a inversão do ônus da prova em prol da consumidora, ante sua hipossuficiência e verossimilhança das alegações apresentadas.

Nesse sentido, destaca-se o seguinte trecho da decisão agravada, integralmente confirmada pelo acórdão recorrido (fls. 26, e-STJ):

No caso concreto, pleiteia a parte autora, ora agravada, a condenação da ré, ora agravante, ao pagamento de seguro firmado por seu falecido marido com esta, pois vem se recusando a fazê-lo.

Resta clara a hipossuficiência da autora frente à ré, que tem como atividade inerente à securitária a de arquivar a documentação dos seguros que contrata.

Presente, também, a verossimilhança, pois a autora trouxe documentação demonstrando que constava como beneficiária em plano firmado por se falecido marido com a Coca Cola, conforme vê-se do anexo 00047.

Nesse contexto, tem-se que o provimento do pleito recursal demandaria que tal premissa fosse derruída. Para tanto, todavia, seria necessária a reanálise de matéria fático-probatória, providência vedada em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 07 do STJ. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. ENCARGOS MORATÓRIOS CONTRATUAIS. ÔNUS DA PROVA. INVERSÃO.

MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS, PROVAS E CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SUMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. As conclusões do acórdão recorrido sobre a relação contratual estabelecida entre as partes, e o preenchimento dos requisitos necessários à inversão do ônus probatório; não podem ser revistas por esta Corte Superior, pois demandaria, necessariamente, reexame do conjunto fático - probatório dos autos, e interpretação de cláusula contratual, o que é vedado em razão dos óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1497609/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 05/11/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO.

ACÇÃO INDENIZATÓRIA. 1. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO.

NÃO OCORRÊNCIA. 2. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. CASO ENVOLVENDO RELAÇÕES DE CONSUMO. IMPOSSIBILIDADE. ACÓRDÃO ESTADUAL EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 83 DO STJ. 3. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES NÃO EVIDENCIADA. ALTERAÇÃO.

IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 4. HONORÁRIOS RECURSAIS NO AGRAVO INTERNO. DESCABIMENTO. 5. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não ficou configurada a violação do art. 489 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional. 2. A jurisprudência desta Corte Superior se firmou no sentido de que, em se tratando de relação de consumo, descabe a denúncia da lide, nos termos do art. 88 do Código de Defesa do Consumidor.

3. Nos termos do entendimento jurisprudencial desta Corte, a inversão do ônus da prova fica a critério do juiz, conforme apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor e de sua hipossuficiência, conceitos intrinsecamente ligados ao conjunto fático-probatório dos autos delineado nas instâncias ordinárias, cujo reexame é vedado em recurso especial, em função da aplicação da Súmula 7 do STJ.

4. Não cabe a condenação ao pagamento de honorários advocatícios recursais no âmbito do agravo interno, conforme os critérios definidos pela Terceira Turma deste Tribunal Superior - EDcl no AgInt no REsp 1.573.573/RJ, desta relatoria, julgado em 4/4/2017, DJe de 8/5/2017.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1429160/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 31/05/2019)

Logo, inviável o acolhimento do apelo.

2. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator